REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO NA LÓGICA DO CAPITALISMO: A INSERÇÃO BRASILEIRA NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Cláudio Machado Maia[1]
Eduardo Ernesto Filippi[2]
Mario Riedl[3]
Dione Paula Ludwig[4]
Aparício Rolim[5]

Resumo: Este artigo apresenta uma perspectiva de abordagem reflexiva histórica da gênese e lógica do capitalismo, associando-o à emergência de uma potencia hegemônica e de seu projeto de regulação do sistema. A metodologia de abordagem teórico-crítica do estudo demonstra a influência econômica de um sistema no processo de desenvolvimento de vários países. A partir de uma releitura de Karl Polanyi, reflete-se o processo de desenvolvimento e a racionalidade capitalista, na dinâmica da racionalidade histórica do progresso. Nas sociedades e no sistema econômico, o papel do Estado, na lógica do sistema – a gênese hegemônica. Neste contexto, sobretudo, como as transformações da economia capitalista refletem no processo de desenvolvimento das nações, sobretudo nos países periféricos, assim como o processo de crescimento brasileiro na conjuntura atual.
Palavras-chave: dinâmica capitalista, finança internacional, Estados Unidos, lógica hegemônica

1. Contextualização

Fazendo-se uma releitura de Polanyi (2000), durante a segunda metade do século XIX, instaurou-se a dinâmica do progresso, onde simultaneamente duas potências assumiram importância mundial – Estados Unidos e Rússia. Por outro lado, uma série de guerras acompanharam a trajetória da Revolução Industrial entre as culturas ultrapassadas ou povos primitivos. Entretanto, cada um desses conflitos em particular foi circunscrito e muitas situações de violência e conflito foram resolvidas ou por uma ação conjunta ou por

[1] Doutor em Desenvolvimento Rural. Professor Titular da Universidade Comunitária da Região de Chapecó, UNOCHAPECÓ – Santa Catarina, Brasil, claudiomaia.dr@hotmail.com
[2] Doutor em Economia Política (Université de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines, França). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: edu_292000@yahoo.com.br
[3] Pós-Doutor em Sociologia. Professor das Faculdades Integradas de Taquara, RS - FACCAT. E-mail: miriedl@terra.com.br
[4] Bolsista de Pesquisa do Grupo de Pesquisa Cidade, Cultura, Urbanização e Desenvolvimento. Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Comunitária da Região de Chapecó, UNOCHAPECÓ – Santa Catarina, Brasil, dionepaula@unochapeco.edu.br
[5] Bolsista de Pesquisa de Pesquisa Dinâmicas regionais e novas territorialidades em cidades de maior influência no oeste catarinense. Acadêmico do curso de História da Universidade Comunitária da Região de Chapecó, UNOCHAPECÓ – Santa Catarina, Brasil, ap.rolim@hotmail.com

compromisso tácito entre as Grandes Potências. Por vezes, tanto via ideologias mutáveis quanto por outras formas, a paz era preservada em nome do progresso e da liberdade, ou por autoridades do trono ou religiosas, devido à influência das bolsas, por corrupção, suborno, por argumentos morais ou mesmo via violência e uso de bordoadas e baioneta. Acontecimentos que ocorriam graças ao equilíbrio-de-poder "pactuam" ou combinam o poder das unidades mais fracas quanto ao aumento do poder do mais forte. Incorporando-se a um sistema que garantia mutuamente sobrevivência tanto para o fraco quanto para o forte. O fato é que, no século XIX, tal mecanismo garantiu a paz, ao invés da guerra (POLANYI, 2000, p.20-21).

Após 1815, a repercussão da Revolução Francesa reforça a Revolução Industrial estabelecendo os negócios internacionais como necessidade universal. Os que apoiavam os interesses pela paz eram, habitualmente, um cartel de dinastias e feudalistas cujos patrimônios eram ameaçados pela onda revolucionária de patriotismo que dominava o continente europeu. De 1846 até por volta de 1871 a paz foi estabelecida com menos segurança, enquanto enfrentava a crescente força da industrialização.

Conforme Polanyi (2000), a paz é (era) um subproduto bem-vindo ao sistema equilíbrio-de-poder. É essencial ao equilíbrio, o controle ou a neutralização daquelas pequenas potências que perturbem o *status quo*, forçando-as a se conformar pelas Grandes Potências.

Mas, há uma grande diferença entre evitar ocasionalmente as guerras, ou pelo esclarecimento da situação de poder, ou pela coação aos pequenos Estados. O desequilíbrio internacional pode ocorrer por várias razões. O simples crescimento da riqueza e da população, ou o seu eventual decréscimo pode pôr as forças políticas em movimento, e o equilibro externo refletirá o interno, invariavelmente. Um sistema organizado de equilíbrio de poder só assegura a paz se puder atuar diretamente sobre fatores internos e impedir o desequilíbrio *in status nascendi*, e se esse desequilíbrio tomar impulso, somente a força poderá corrigí-lo (POLANYI, 2000, p.23).

No século XIX, o Banco Internacional funcionava como elo entre a organização política e a econômica no mundo (POLANYI, 2000, p.24). Independente dos bancos centrais, todos os Governos estavam em contato com todos, tendo um contato íntimo entre finanças e diplomacia, não havendo planos de longo prazo sem a certeza de boa vontade de todos. O segredo do sucesso em manter a paz estava na posição, organização e técnicas

de finança internacional[6]. As raízes desse organismo estavam na esfera privada do interesse estritamente comercial. Sua independência exigia um agente soberano digno da confiança tanto dos estadistas como do investidor internacional.

Sua instituição como instrumento de paz foi acidental, uma vez que seu objetivo era o lucro, obtido através do bom relacionamento com os Governos cujo objetivo era o poder e a conquista.

Conforme descreve Polanyi (2000, p.29), a finança – um dos canais de influência – agia como moderador nos conselhos e na política de uma série de Estados soberanos. Os empréstimos e a sua renovação se articulam com o crédito o qual dependia de bom comportamento. E o bom comportamento se reflete no orçamento e no valor externo da moeda que não podia ser isolado da apreciação do orçamento. Os Governos são orientados para evitar políticas que reflitam na posição orçamentária, como regra de conduta para o país que adotasse o padrão-ouro como limitador das flutuações permitidas.

Ora, nas palavras,

> ...a pensar na difusão do capitalismo como um processo que pode ser tudo, menos pacífico, e no capital financeiro como o principal instigador de inumeráveis crimes coloniais e agressões expansionistas. O capital financeiro como organização-chave da indústria pesada associa-se aos vários ramos da indústria de forma entrelaçada para permitir que um único grupo determinasse a sua política (POLANYI, 2000, p.31).

O comércio hoje depende de um sistema monetário internacional que não pode funcionar numa guerra de grandes proporções, exigindo a paz que as Grandes Potências se esforçam por manter. E a natureza desse sistema pragmático, se resguarda com rigor contra uma guerra generalizada enquanto oferece negócios pacíficos em meio a uma seqüência interminável de pequenas guerras, o que fica melhor representado pelas modificações que ele introduziu na lei internacional. Conforme Polanyi (2000, p.31), enquanto o nacionalismo e a indústria tendiam a tornar as guerras mais ferozes e totais, foram criadas salvaguardas efetivas para a continuidade do comércio pacífico em tempo de guerra.

Assim a nova organização da vida econômica forneceu base para a Paz dos 100 Anos. Este “Concerto Político” na percepção de Polanyi (2000, p.33) resultou na emergência

[6] Cabe lembrar de Polanyi (2000, p.28), quando cita que o poder financeiro muitas vezes era o beneficiário da diplomacia do dólar – uma vez que a grande maioria dos portadores de títulos públicos, assim como outros investidores e portadores de títulos governamentais, seriam os primeiros perdedores na possibilidade de guerras generalizadas, principalmente se as moedas fossem afetadas.

da *haute finance*, que foi o elo entre a organização política e a econômica da vida internacional – a organização da paz repousaria sobre a organização econômica.

Entretanto, em fins da década de 1870, o episódio do livre-comércio chegava ao fim, quando a utilização do padrão-ouro pela Alemanha marca o início de uma era de protecionismo e expansão comercial.

Por outro lado, na década de 1930, o colapso do padrão-ouro marca o elo entre a desintegração da economia mundial na virada do século e a transformação de toda uma civilização. A dissolução do sistema econômico mundial que vinha se processando desde 1900 foi o responsável pela tensão política explodida em 1914. No início da década de 1930: abandono do padrão-ouro pela Grã-Bretanha, os Planos Qüinqüenais na Rússia, o *New Deal*, a Revolução Nacional – Socialista na Alemanha.

Em Genebra, criou-se a Liga nas Nações cujo fracasso demonstrou-se no desarmamento de um grupo de nações perdedoras enquanto o outro continuava armado. A Liga como precursora de uma era de paz por freqüentes encorajamentos verbais para se tornar permanente. Reconstruir a moeda internacional e a organização do crédito como salvaguarda de paz entre os Estados soberanos, e que o mundo dependesse como nunca da *haute finance*. Os esforços para proteger o valor externo da moeda como meio de comércio exterior levaram os países a uma economia autárquica (POLANYI, 2000, p.43).

A queda final do padrão-ouro que significou a destruição completa das instituições da sociedade do século XIX – durante mais de uma década a restauração do padrão-ouro havia sido o símbolo da solidariedade mundial[7] – foi acompanhada em outros lugares pela sua modificação e reformulação. O Estado liberal foi substituído em muitos países por ditaduras totalitárias e a instituição central do século – a produção baseada em mercados livres – foi substituída por novas formas de economia. Conforme aponta Polanyi (2000, p.44), embora o fracasso do sistema internacional tenha acionado a transformação, não foi o responsável pela sua profundidade e conteúdo. A transformação era marcada por uma mudança social. Onde grupos nacionais e instituições sociais lutam pela sobrevivência.

Varias nações foram prejudicadas pelo fato de suas instituições, ou algumas delas, pertencerem ao padrão-ouro na Segunda Guerra Mundial. Por outro lado, países que se opõem ao *status quo*, podem descobrir as fraquezas da ordem institucional vigente e antecipar a criação de instituições mais adaptadas a seus interesses. Poderia parecer que eles deram origem ao processo de mudança, mas na verdade, eles foram os beneficiários (os Estados Unidos), e poderiam até estar desviando a tendência para servir a seus próprios

[7] Onde a própria Liga das Nações foi acrescida de uma Organização Internacional do Trabalho.

objetivos (POLANYI, 2000, p.45). O peculiar da civilização que sofreu o colapso (transformação) foi o fato dela se basear em fundamentos econômicos – em um sentido diferente, o lucro. Onde o sistema de mercado auto-regulável derivou-se desse princípio. Cujo mecanismo colocado em movimento pela motivação do lucro, que durante uma geração colocou toda a humanidade à sua total influência.

Conforme aponta Polanyi (2000, p.47), a economia de mercado, o livre comércio e o padrão-ouro foram inventos ingleses, entretanto foi no continente que a sua fraqueza moldou as mais trágicas complicações.

2. Sociedades e sistema econômico

O século XIX tentou estabelecer um sistema econômico auto-regulável com a motivação do ganho individual, o que contrastava com o tipo de sociedade anteriormente "primitiva" que caracterizava as relações sociais, o que a pesquisa moderna em várias áreas da ciência social, como a antropologia, a economia primitiva, a história das primeiras civilizações e a historia econômica geral tem como um dos objetos de estudo.

Entretanto, a motivação do ganho não é natural no homem – nas economias primitivas havia ausência de desejo de obter lucros com a produção ou a troca. Novamente, cita-se Polanyi (2000), em sua abordagem histórica, ao falar que os sistemas econômicos conhecidos foram organizados segundos os princípios de reciprocidade ou redistribuição, ou domesticidade, ou alguma combinação dos três. Princípios que eram institucionalizados através de uma organização social com uso de padrões de simetria, centralidade e autarquia. Numa estrutura onde a produção ordenada e a distribuição dos bens eram motivadas por princípios gerais de comportamento. E entre essas motivações, o lucro não ocupava lugar de destaque – os costumes e a lei, a magia e a religião induziam os indivíduos a cumprirem as regras de comportamento.

A garantia da ordem na produção e distribuição estava baseada em dois princípios de comportamento que se observou ao longo dos tempos: reciprocidade e redistribuição. Considerando-se algumas sociedades antigas relacionadas a este tipo de economia, a reciprocidade estava associada à família e parentesco, enquanto que a distribuição assume

relevância quanto a todos aqueles que têm uma chefia em comum e, conseqüentemente, uma perspectiva territorial (POLANYI, 2000, p.67)[8].

Conclui-se que os estudos sobre as sociedades primitivas mostram ao longo dos tempos que há uma não-modificação do homem como ser social, onde seus dotes naturais, sua vida econômica estão em suas relações sociais, agindo para resguardar sua situação e exigências sociais, valorizando os seus bens materiais à medida que eles servem a seus propósitos[9]. E, mesmo que esses interesses sociais sejam diferentes de comunidades para comunidades – de caçadores ou de pescadores, por exemplo – tanto numa como noutra, o sistema econômico está guiado por motivações não-econômicas. Onde o interesse social, a manutenção dos laços é essencial, pois ao longo dos tempos todas as obrigações sociais são recíprocas, sustentáveis. Analogamente, ao agricultor familiar, o caráter ou interesse individual não tem nada a ver com o assunto, uma vez que individualmente possa-se ser bom ou mau, sociável ou insociável. Entretanto, o que valia era enfatizar publicamente sua habilidade e bem sucedida atuação em termos das finalidades e/ou atividades não-econômicas.

A questão da subsistência. O homem que entrega o produto de sua colheita, sustentando sua família, ganhará crédito pelo seu bom comportamento, mas com pouco benefício material imediato. O princípio da reciprocidade agirá principalmente em torno daqueles que receberam o produto para sua subsistência, e o produtor será recompensado publicamente pela sua atitude cívica. A cerimônia de exibição dos alimentos, tanto em sua própria horta quanto perante o depósito da que recebe, é garantidor de que todos saberão a qualidade de sua atividade como produtor (ou como agricultor...). Tal princípio resguarda tanto a produção quanto a subsistência familiar (POLANYI, 2000, p.67).

Tais princípios de comportamento são suportados pelos padrões institucionais e valores existentes nessas sociedades. A reciprocidade é facilitada pela simetria e centralidade. Esta dualidade característica da organização social desses povos contribui para a união de relações de indivíduos, ajudando ao tomar-e-dar de bens e serviços na ausência de registros complexos ou permanentes. Dualidade que parece ser presente quando se verificou que cada grupo social ou aldeia de uma localidade parece ter sua contrapartida numa outra comunidade ou grupo de alguma outra localidade, situação disfarçada sob a forma de distribuição recíproca de presentes deslocada no tempo, de forma

[8] Conforme lembra Polanyi (2000), Max Weber foi um dos primeiros historiadores da economia moderna a se manifestar quanto ao fato de se ignorar as economias primitivas em relação às motivações e mecanismos das sociedades civilizadas.
[9] O que nesta passagem nos lembra a agricultura familiar.

organizada devido a freqüência de ocorrência do padrão simétrico nas subdivisões das tribos, na localização dos povoados ou nas relações intertribais.

O padrão da centralidade, por sua vez, está presente em todos os grupos humanos, favorecendo conduto para coleta, armazenagem e distribuição de bens e serviços, quando os membros das tribos geralmente entregam seu produto (ou caça) ao chefe para a redistribuição.

É da própria natureza que o rendimento seja irregular, dado ser o resultado de um esforço coletivo. Logo, quanto maior for o território e mais variado for o produto, mais a redistribuição resultará numa espécie efetiva de divisão do trabalho, uma vez que ele acaba por unir grupos de produtores geograficamente diferenciados. A divisão do trabalho é garantida automaticamente. As obrigações econômicas são desempenhadas e são assegurados os meios materiais para que uma abundância de produtos sejam exibidos ou trocados em todos os festivais públicos onde o sistema econômico é mera função da organização social (POLANYI, 2000, p.69). Não se deve concluir que os princípios econômicos desse tipo são restritos a produtores ou pequenos proprietários, e que uma economia sem lucro ou sem mercado deva ser simples.

O terceiro princípio é o que chamou-se de o princípio da domesticidade, que consiste na produção para uso próprio. Os gregos chamavam-no *oeconomia* étimo da palavra economia.

3. O papel do Governo

Se o erro da Revolução Industrial foi considerar o liberalismo econômico julgando os acontecimentos sociais do ponto de vista econômico, o Governo surge com o papel de alterar o ritmo da mudança, acelerando ou reduzindo, em relação ao progresso econômico. Reduzir o ritmo do processo econômico até que ele se torne socialmente sustentável com o Governo participando socorrendo as vítimas da transformação tentando conduzir o processo de mudança tentando deixá-lo menos “devastador” (POLANYI, 2000, p.55).

Na visão de Polanyi (2000), em todas as sociedades, até o século XIX a esfera econômica foi delimitada pelas regras e costumes da organização social. A vida econômica não se confundia com o mercado. E o mercado se constituía num aspecto subordinado da organização das trocas econômicas. A vida econômica era dominada por uma combinação de sistemas de reciprocidade (entre famílias, clãs e grupos) e redistribuição (entre o Estado e a sociedade), com a alternância na predominância de cada forma a depender do tipo de

sociedade. No século XIX surgiu pela primeira vez, o fenômeno do mercado auto-regulável, quando só foi possível ao liberar a terra, o trabalho e o dinheiro da ingerência social, com a sociedade colocada à disposição do mercado.

Na lógica da transformação estrutural, a natureza não produz capital. Capital é um produto da história e da economia. Logicamente o capital nasce do dinheiro (como conceito), a partir do dinheiro. A contradição está no fato de que o capital é um processo orientado para o lucro e não para o bem-estar social.

Depois de 1835 – Revolução Industrial – o mercado passa a regular a sociedade. Por um século a dinâmica da sociedade moderna foi orientada por um duplo movimento: expansão do mercado. O sistema de mercado sofre um ajuste, onde o homem e a natureza foram colocados a venda. O homem sob o nome de mão-de-obra, e a natureza sob o nome de terra. A força de trabalho do homem comprada e vendida universalmente a um preço chamado salário, e o uso da terra a um preço chamado aluguel. Havia um mercado tanto para o trabalho como para a terra, e em ambos os casos a oferta e a procura eram regulados, respectivamente, pelo nível de salários e aluguéis.

Entretanto, enquanto a produção, teoricamente, podia ser organizada dessa forma, a ficção da mercadoria menosprezou o fato de que deixar o destino do solo e das pessoas por conta do mercado seria o mesmo que aniquilá-los. Assim, o contra-movimento se propõe a enfrentar a ação do mercado em relação aos fatores de produção – trabalho e terra: foi esta a função primordial do intervencionismo.

4. Na lógica do sistema: a gênese de uma hegemonia

Os Estados Unidos alcançam o desenvolvimento Europeu ao estabelecer proteção do solo e dos seus cultivadores, seguro social através de sindicalismo e da legislação, e o Banco Central amplo faz a sua aparição estabelecendo o protecionismo monetário pretendendo harmonizar as necessidades do padrão-ouro e as exigências regionais. Conseqüentemente o protecionismo em relação ao trabalho e à terra. A tese americana é de que um suposto mercado auto-regulável é acompanhado por proteção social. O protecionismo criara um novo tipo de nação soberana cujos meios circulantes eram também focalizadas ao exterior[10]. O dinheiro dominava o mundo estampado com a marca nacional (POLANYI, 2000, p.238-239).

[10] Pois foi deles que se construiu o padrão-ouro internacional.

O trabalho e a terra eram responsáveis, respectivamente, pela legislação social e taxações do trigo. O protecionismo interno e externo, social e nacional, tendia a fundir-se. As tarifas aduaneiras e as leis sociais e a política monetária criaram condições que variavam diariamente e afetavam cada membro da comunidade em seus interesses imediatos. A política monetária do Banco Central tinha um poder integrador e superava os outros tipos de protecionismo, e sua influência afetava o homem de negócios, o trabalhador organizado e a dona-de-casa, o fazendeiro, os pais e filhos. A identidade da nação, do ponto de vista político era estabelecido pelo Governo; do ponto de vista econômico, a identidade nacional cabia ao Banco Central (POLANYI, 2000, p.241-242).

Os papéis desempenhados pelas esferas pública e privada como reação aos períodos de crise, na provisão de um mecanismo de salvação do sistema.

Conforme Fiori (1999), a partir de 1850 a financeirização é acompanhada por sucessivas crises nas economias periféricas. O que poderia nos levar à hipótese de que o capitalismo global esteja perdendo sua capacidade de ser infalível e que a simples competição intercapitalista em mercados desregulados e globalizados não garante o desenvolvimento ou a convergência entre as economias centrais e da periferia do sistema capitalista global. Essa era a utopia global[11] que levou aos países Latino americanos a adotar políticas desenvolvimentistas após a II Guerra Mundial (influência dos teóricos do desenvolvimento do século XX) – utopia liberal que culmina com a idéia de globalização.

Entretanto, segundo Fiori (1999, p.15-16), desde o início do século XIX, e particularmente depois de 1850, assistiu-se e um processo de concentração do poder político e a riqueza capitalista, principalmente nas mãos de Estados europeus. Numa espécie de clube de nações que entre 1830 e 1870 apresentavam taxas elevadas de poder e riqueza, desde então até o início da I Guerra Mundial. Ao mesmo tempo em que ¼ do território mundial se constituiu no que se chamou de periferia econômica do sistema capitalista mundial.

A dinâmica da economia inglesa expande a produção e o comércio, ao mesmo tempo em que houve a adesão espontânea da maioria dos países europeus ao padrão-ouro – primeiro sistema monetário internacional. No mesmo período em que aumentam as desigualdades na distribuição da riqueza mundial. Alguns poucos territórios superam seu atraso em relação à Inglaterra incorporando-se ao capitalismo global, naquilo que seriam os

[11] Essa utopia seria o desaparecimento dos Estados territoriais. Que a expansão dos mercados ou o desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo resultaria no longo prazo e por si só, na universalização da riqueza capitalista.
Progresso social e homogeneização capitalista.

primeiros milagres econômicos e da industrialização acelerada dos capitalismos tardios alemão, norte-americano e japonês, e de algumas colônias de povoamento inglês, como Canadá, Nova Zelândia e Austrália[12] (FIORI, 1999, p.16-17).

Neste mesmo meio século, o resto do mundo incorporado à economia européia – colônias e semicolônias – viveu um período de baixo crescimento econômico e crises cambiais crônicas[13].

Após a Primeira Guerra Mundial, e após as novas condições mundiais pós-Segunda Guerra Mundial consolidou-se a hegemonia desenvolvimentista daquilo que Immanuel Wallerstein chamou de "geopolítica do desenvolvimento" (FIORI, 1999, p.22). "Tanto os projetos norte-americano quanto soviético defendiam a autodeterminação e o desenvolvimento econômico dos povos (FIORI, 1999, p.22)".

De fato, entre 1945 e 1973, houve crescimentos capitalista e socialista que contribuíram para o pensamento de que as profecias "utópicas" econômicas dos clássicos estavam se concretizando. Sobretudo na década de 1970 houve a diminuição global da distância entre a riqueza dos países industrializados e a dos países em desenvolvimento (WARREN, 1980; ARRIGHI, 1995 apud FIORI, 1999, p.23).

Por volta de 1957-1958 em pleno período desenvolvimentista, o estruturalismo latino-americano parte de um ponto oposto ao da versão evolucionista da "*development economics*", criticando a teoria ricardiana do comércio internacional. Teóricos como Raul Prebisch (1949), Celso Furtado (1954), Oswald Sunkel (1957) e Hans Singer (1950), entre outros, recolocaram os termos da discussão, defendendo uma visão estrutural e histórica do capitalismo como um sistema econômico em expansão a partir da revolução industrial européia e que foi incorporando sucessivamente economias periféricas especializadas e articuladas com base nos mercados e investimentos das economias centrais (FIORI, 1999, p.28).

As Nações Unidas e o governo norte-americano declararam os anos 1960 a década do desenvolvimento. Fase pessimista que se estende até a primeira metade da década de 1970 – época das várias teorias da dependência formuladas dentro e fora da tradição estruturalista – havendo a publicação acadêmica de estudos histórico-comparativos sobre trajetórias e padrões de industrialização e modernização política. Citando uma das teorias, a de Paul Baran (1957) que analisa especificamente o mundo subdesenvolvido:

---

[12] Territórios que embora não tenham sido industrializados durante a era dos impérios, conseguiram aumentar sua participação relativa na riqueza mundial.

[13] Fatos e tendências que contradizem as crenças utópicas dos economistas políticos clássicos, liberais e marxistas.

> ... o mundo subdesenvolvido como produto de um certo tipo de desenvolvimento capitalista condicionado por um sistema internacional hierarquizado, em que os países avançados exploraram os menos desenvolvidos, transferindo parte do excedente, em aliança com as "burguesias compradoras", que gastavam outra parte no consumo de luxo (FIORI, 1999, p.31).

Uma outra vertente da escola da dependência, situada entre a tradição leninista da teoria imperialista e as teses cepalinas sobre o comércio internacional, cristaliza-se em torno da obra Dependência e Desenvolvimento na América Latina, publicada em 1970 por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, defendendo que um desenvolvimento dependente e associado às metrópoles não tendia necessariamente à estagnação e que era perfeitamente viável do ponto de vista capitalista, independente do fato que envolvesse pesadas contribuições sociais e um controle da economia nacional[14] (FIORI, 1999, p.33-34).

> ... a acumulação capitalista nas economias dependentes não completa seu ciclo... a acumulação, expansão e auto-realização do capital local requerem e dependem de uma dinâmica complementar externa a si próprias: elas devem se inserir dentro do circuito do capitalismo internacional (CARDOSO, 1973, p.163).

Do ponto de vista analítico, o diagnóstico de Cardoso e Faletto é explicito e sugestivo ao espírito do capitalismo.

5. A lógica do sistema

A história econômica do capitalismo parece retomar sua trajetória liberal do século XIX, refuncionando o "moinho satânico" dos mercados auto-regulados, agora parceiros de uma hegemonia imperial mais implacável do que a supremacia inglesa. E essa conjuntura de forças gerou uma finança privada, global e desregulada, que na ausência de um padrão monetário internacional tem sido responsável pela instabilidade e baixo dinamismo do sistema e por uma concentração e centralização empresarial e territorial da riqueza (FIORI, 1999, p.40-41). Conseqüentemente,

[14] Mais tarde, esta variante da teoria da dependência serviu como base de sustentação de um projeto político reformista, visando a reinserção liberal do Brasil na economia internacional dos anos 1990. Em particular no caso brasileiro, a tese do "desenvolvimento dependente e associado" transformou-se em projeto de reforma liberal do modelo reformista e permitiu a formação de uma coalizão de poder reunindo alguns de seus principais defensores com as velhas elites econômicas e políticas desenvolvimentistas desligadas do regime militar e agora comprometidas com a idéia de abertura e desregulamentação da economia e desmontagem da estrutura e estratégia em que se sustentaram os 30 anos de industrialização brasileira.

> ... os países periféricos devido à fragilidade de suas moedas e do seu balanço de pagamentos não têm conseguido acompanhar o sistema de taxas de câmbio flutuantes (praticado pelos países centrais) e, que escolhem atrelar as suas moedas à da potência dominante mundial ou regional, são condenados a ciclos curtos de modesto crescimento, altas taxas de desemprego e ingovernabilidade, sustentável só durante os períodos de disponibilidade de capitais e créditos internacionais abundantes e baratos. Nesse sentido... a conjuntura atual demonstra o que ocorreu no passado, permitindo reconhecer a importância que sempre tiveram os sistemas de poder interestatal e os padrões monetários internacionais para os desenvolvimentos econômicos nacionais – os três alicerces de uma arquitetura econômica e política mundial construída na segunda metade do século XIX, que se projeta no século XX, criando espaços, bloqueios e as oportunidades de expansão cíclicas das economias periféricas (FIORI, 1999, p.41).

A força singular do capitalismo, o impulso para o poder e a dominação acabam no desejo de acumulação de capital. Situação de aceitação de relações de mercado e de propriedade, o mercado como parte das relações sociais. O capital apresenta-se sob várias formas – desde os países no norte Europeu até os ditos socialistas – a instituição do capital mantêm-se como elemento dominante das estruturas sociais – a acumulação de capital como o "centro" da vida econômica, social e política dos países.

A lógica do capitalismo, os imperativos da acumulação, o lucro como a força que conduz o sistema através da história. E, esse processo põe em movimento as tendências centrais do sistema – a necessidade do lucro é o elemento essencial da natureza do capitalismo. As obras de Smith, Mill, Marx, Keynes e Schumpeter apresentam os mesmos pressupostos básicos. O processo de acumulação deve-se à capacidade de uma classe capitalista extrair lucro do sistema (HEILBRONER, 1988, p.103-130).

Através de um regime de capital – o capitalismo descrito como formação social onde a acumulação do capital torna-se a base formadora da vida sócio-política.

6. As transformações da economia capitalista X o projeto americano[15]

Conforme Beluzzo (2006, p.33), no final do século XIX, a expansão do comércio e das finanças internacionais estavam baseadas nas relações entre o liberalismo da hegemônica Inglaterra e as políticas protecionistas de industrialização dos retardatários europeus e dos Estados Unidos.

Após a Segunda Guerra Mundial, o projeto americano de construção da ordem econômica mundial foi concebido propondo-se a promover a expansão do comércio entre as

[15] Inspirado em Belluzzo (2006, p.33-50).

nações e colocar seu desenvolvimento protegido de turbulências financeiras. Propiciando um ambiente econômico internacional onde pudesse ter maior amplitude para as políticas nacionais de desenvolvimento, industrialização e progresso social.

Por outro lado, Keynes[16] propõe a *Clearing Union*, uma espécie de Banco Central dos bancos centrais, o qual emitiria uma moeda bancária internacional (o *bancor*) destinada a liquidar posições entre os Bancos Centrais. Conforme Belluzzo (2006, p.34), os negócios privados seriam realizados nas suas respectivas moedas nacionais as quais estariam atreladas ao *bancor* conforme um sistema de taxas de câmbio fixas e ajustáveis – déficits e superávits dos países corresponderiam a reduções ou aumentos das contas dos bancos centrais nacionais junto à *Clearing Union*. Uma tentativa de regulação ou intenção intervencionista?!

Keynes visava eliminar o papel perturbador do "ouro" como último ativo de reserva do sistema – instrumento universal de preferência pela liquidez buscando o ajustamento dos desequilíbrios de balanço de pagamentos entre deficitários e superavitários, o que significaria facilitar o crédito aos países deficitários e penalizar os superavitários, evitando assim os ajustamentos deflacionários e mantendo as economias no pleno emprego. Entretanto, com a rejeição de sua proposta, Keynes[17] concorda com a manutenção do ouro como "âncora" nominal do sistema monetário, mimetizando a relação do *bancor* com as reservas metálicas no padrão-ouro clássico.

Em 1948 os Estados Unidos haviam acumulado 72% das reservas ouro-mundiais. O que justificava a resistência política americana em abolir o ouro como fundamento da ordem econômica mundial. O plano de Keynes era inconveniente para a posição credora americana, pois anularia o poder do dólar como moeda reserva. A "exclusividade" de usar sua moeda como meio de pagamento universal tem possibilitado aos Estados Unidos, flexibilidade na gestão da política monetária e na administração do balanço de pagamentos (BELLUZZO, 2006, p.35).

Na reunião de 1944, o *bancor* foi derrotado pelo dólar, que assumiu o papel de moeda-reserva, ancorado na conversibilidade com o ouro. Já a proposta keynesiana de controle de capitais e do câmbio foi incorporada nos estatutos do Fundo Monetário Internacional (FMI) como alternativa de atender os países com problemas de balanço de pagamentos.

---

[16] Delegado da Inglaterra.
[17] Keynes imaginava, que o controle dos capitais deveria ser uma característica permanente da nova ordem econômica mundial, como repetiu seguidamente na Conferência de Bretton Woods.

O sistema de *Bretton Woods* nasce de um compromisso: o benefício da *seignorage* concedido ao país emissor da moeda reserva (os Estados Unidos), enquanto que aos outros países foi dada a liberdade de adotar políticas "keynesianas" internas e estratégias neomercantilistas de comércio exterior.

Como emissor de moeda-reserva, os Estados Unidos alcançou três objetivos:

a) estrategicamente suportou parte de seus custos militares da aliança do Acordo do Atlântico Norte;

b) em termos econômicos, a *seignore* permitiu a expansão da indústria e de seu estilo fordista, a grande empresa transnacional;

c) financeiramente, na posição de "banqueiro internacional" obteve espaço para a expansão internacional de seu sistema financeiro e para a política monetária do Federal Reserve.

Alcançando estes objetivos, a economia americana, entre 1945 e 1971, funcionou como "reguladora" do sistema capitalista.

Segundo Belluzzo (2006, p.35), a concorrência comercial das economias industrializadas da Europa e do Japão e o fluxo de investimentos americanos diretos para o resto do mundo – movimento de capitais, além dos gastos da guerra fria – despesas militares, determinam desde 1950, a ampliação do déficit de pagamento americano e a acumulação de dólares nos bancos centrais da Europa e do Japão.

O déficit americano, até o início dos anos 1970 decorria do movimento de capitais e, sobretudo da expansão das despesas militares (hegemonia militar, Guerra Fria). A crise de *Bretton Woods* se agrava, com a desvinculação do dólar do ouro em 1971; com o primeiro choque do petróleo; e na introdução do regime de taxas de câmbio flutuantes em 1973. A estratégia das taxas flutuantes permitia o realinhamento cambial e maior liberdade às políticas monetárias domésticas.

No "rastro" da política do *Federal Reserve*, a crise da dívida externa da periferia. Enquanto que as dívidas públicas dos Estados Unidos e da Europa aumentam devido às altas taxas de juros. Com o dólar supervalorizado, os Estados Unidos passam de credor para devedor enquanto que os papéis dos bancos americanos e alta taxa de juros beneficiaram os ativos e a rentabilidade dos bancos credores, num momento em que a dívida latino americana sofria desvalorização.

E, é sobre o peso e a reputação de sua dívida que os Estados Unidos sustentaram a supremacia do dólar, reforçando a transnacionalização de seu mercado financeiro e de capitais e a globalização de suas "grande empresa".

Os Acordos do Plaza (1985) para articular a desvalorização ordenada da moeda americana; e do Louvre (1987) para conter os excessos dos "vendidos" em dólar e estabilização das taxas de câmbio, mostravam a força de mobilização da potência americana e a capacidade de coordenar os mercados e de submeter os aliados do G-7.

O crash da Bolsa de Nova York em outubro de 1987 e a rápida recuperação dos mercados com amparo da reação da política monetária do Federal Reserve, ao mesmo tempo que, chamavam a atenção aos riscos implícitos da globalização, demonstraram o aprofundamento da assimetria de poder entre as economias centrais – o dólar e a finança "desregulamentada" – as regras do livre mercado.

Belluzzo (2006, p.37), cita que em um artigo anterior, procurou demonstrar que a recessão americana do início dos anos de 1990 foi devida à retração dos gastos privados depois de um período de endividamento das empresas e das famílias. Principalmente nos ciclos ditados pela dinâmica dos mercados financeiros, as empresas contraem investimentos e reduzem a folha de salários em contrapartida à subida da taxa de juros sobre a receita operacional. Por sua vez, as famílias restringem o consumo, elevando a poupança, numa tentativa de restabelecer a relação desejada entre riqueza e renda. O déficit fiscal se amplia (como conseqüência da restrição do consumo privado), funcionando como estabilizador automático, impedindo uma expressiva redução do déficit externo em conta corrente.

Após o socorro à crise mexicana de 1994-1995, o dólar sofre desvalorização, principalmente sobre o iene, situação revertida com a ação coordenada dos bancos centrais (FMI).

A subida das *Federal Fund's Rate* (financeirização econômica), em 1994, foi bem recebida pelos mercados financeiros, provocando uma valorização do mercado de bônus e queda das taxas de longo prazo. Entretanto, como as expectativas se alteram, desencadeia-se a (segunda crise mexicana) a crise no mercado americano de bônus, subida das taxas longas e saída de capitais dos mercados emergentes mais fragilizados pelos desequilíbrios de balanço de pagamentos.

> Daí a política monetária dos países centrais: na obrigação de prevenir deflações agudas através de intervenções de última instância (acompanhadas de risco moral), necessitando regular a estabilidade econômica, evitando a formação de bolhas especulativas que, nas condições atuais acarretam fragilidade e miopia financeira (BELLUZZO, 2006, p.37).

Os defensores dos dois déficits acenam para o risco de colapso da moeda americana com efeitos sobre a taxa de juros, os mercados de ativos (superaquecimento do mercado imobiliário) e o crescimento da economia global.

7. A hegemonia americana

A hegemonia americana foi conduzida a partir da liberalização financeira e cambial, mudanças nos padrões da concorrência, alteração institucional nas regras do comércio internacional e do investimento.

Do ponto de vista espacial, desde os anos 1980, a Ásia passa a ser objeto de investimento direto e de difusão do progresso técnico devido ao deslocamento de suas empresas transnacionais. Na Ásia, Japão, Coréia e Taiwan foram objeto da política econômica de Reagan, o que caracterizou um período de grandes superávits japoneses, taiwaneses e coreanos.

Em 1980, os Estados Unidos resolvem desvalorizar o dólar que já havia causado danos à sua indústria, o que obriga os japoneses à valorização do iene, afetando as exportações japonesas, causando prejuízos aos bancos, corretoras e seguradoras que possuíam ativos em dólar em sua carteira.

A famosa "*endaka*" dá impulso à deslocalização industrial japonesa para os países da região – tentando compensar as perdas ocorridas nos ativos em dólar (TAVARES; BELLUZZO, 2004 apud BELLUZZO, 2006, p.39). O que causa grandes investimentos de Taiwan e da Coréia, principalmente para a China, também para a Malásia, Tailândia e Indonésia. Quando Hong Kong e Cingapura se integram financeiramente ao complexo asiático em formação através dos Bancos locais e estrangeiros ali sediados. O que possibilitou o crescimento rápido do comércio entre a região, investimentos diretos, expansão do crédito e comércio intrafirmas.

O ciclo de expansão americano dos anos de 1990 reforça seu papel de investidor e devedor.

A China torna-se o principal receptor do investimento americano depois da desvalorização de 1994 quando suas exportações superam seus parceiros asiáticos, o que sustenta a elevada taxa de acumulação de capital e incorporação de novas tecnologias mediante *joint-ventures* com empresas coreanas, japonesas e taiwanesas.

Todas as etapas do complexo jogo da evolução e expansão do capitalismo envolve transformações financeiras, tecnológicas, patrimoniais e espaciais, conseqüência da

interação de dois movimentos: o processo de concorrência imposto pela grande empresa, sob a tutela da finança e do Estado hegemônico; e, as estratégias nacionais de inserção das regiões periféricas impulsionadas pelo jogo estratégico entre o "pólo dominante" e a capacidade de resposta dos países em desenvolvimento às alterações no ambiente internacional.

Como as economias periféricas possuem diferentes estruturas e trajetórias sociais, econômicas e políticas, a chamada "integração competitiva" varia de complexidade de país para país na progressão das etapas de evolução do capitalismo.

Segundo Belluzzo (2006, p.41), operando nas órbitas financeira, patrimonial e produtiva, a "globalização americana" se apropria de dois tipos de regiões periféricas: aquelas cuja inserção internacional se dá via comércio e atração de investimento direto em setores produtivos visados pelo comércio internacional; e, aqueles como o Brasil e Argentina, que buscam integração via abertura da conta de capitais[18].

A deflação da riqueza mobiliária e imobiliária nos mercados globalizados observada desde o final da década de 1989 foi o fator decisivo para a transformação dos países latino-americanos em receptores de recursos financeiros (diga-se recessão "*financial-led*").

> ... essa profunda recessão "financial-led"exigiu grande lassidão das políticas monetárias19 no sentido de tornar possível a digestão dos desequilíbrios correntes e no balanço patrimonial das empresas, bancos e famílias, envolvidos com o exuberante surto de valorização de ativos que se seguiu à intervenção salvadora de 1987 (BELLUZZO, 2006, p.41).

Quanto aos mercados emergentes (o que nos aproxima da caracterização da conjuntura brasileira), ao estado quase depressivo dos mercados de qualidade e à situação de sobre liquidez, acrescentou-se uma situação de estoque de ações depreciados, Governos endividados e possuidores de empresas públicas privatizáveis em vários setores da economia, além das perspectivas de alta das taxas de câmbio e manutenção de taxas de juros reais elevadas, mesmo depois da estabilização.

Na perspectiva de Belluzzo (2006, p.41), os países da periferia sujeitos às condições de ajustamento devido a sua crise de dívida foram capturados pelo processo de globalização, executando seus programas de estabilização conforme as normas dos mercados financeiros liberalizados. Entenda-se que a regra básica das estabilizações com abertura financeira é propiciar ambiente de oferta de ativos atraentes que possam ser

[18] O início dos anos 1990 foi marcado pela restauração dos fluxos de capitais privados para os países da América Latina.
[19] FED – EUA.

encampados pelo movimento geral da globalização. Incluindo-se, títulos da dívida pública (geralmente de curto prazo) e de elevada liquidez; ações de empresas em processo de privatização[20]; papéis comerciais de empresas e bancos de boa reputação; e, ações depreciadas de empresas privadas (daquelas mais afetadas pelo processo de abertura econômica e pela valorização cambial).

A transnacionalização asiática, sobretudo da China, é fruto do movimento do capital produtivo, numa mudança de escala no processo de deslocalização da estrutura manufatureira da tríade – Estados Unidos, Europa e Japão – para o resto do mundo. No americano, tal fato observa-se de várias formas. Refletindo na queda da participação da indústria manufatureira no PIB e no emprego; aumento na participação dos insumos e componentes importados consumidos pela indústria manufatureira dos Estados Unidos (de 12,4% para 22,2%). Os setores afetados – produtos eletrônicos e de informática, vestuário e artigos de couro, veículos motorizados, equipamentos elétricos e componentes. Os mesmos setores onde se registrou destruição de postos de trabalho (houve aumento das importações).

A rápida industrialização da China e dos países Asiáticos tem deslocado parte importante da demanda global para os produtores de matérias-primas e alimentos.

As relações de dependência entre as economias asiáticas e delas com os Estados Unidos, segundo Belluzzo (2006, p.42), o “circuito” gasto-renda-poupança do “sistema americano” é fechado pelos países cuja estratégia é dada pelo saldo da balança comercial e pela acumulação de reservas (em US$), o que financia o déficit em conta corrente dos Estados Unidos. Essa dependência que impede que os países asiáticos apliquem suas reservas seguindo critérios privados de risco-rentabilidade. Dependência que garante demanda pela moeda americana assegurando certa estabilidade nas taxas de câmbio de suas moedas em relação ao dólar.

> A consolidação do papel do dólar como moeda de reserva é o fenômeno crucial da segunda metade do século XX. A soberania monetária americana garantiu a expansão da grande empresa – com efeitos sobre a distribuição espacial da indústria manufatureira e mais recentemente dos serviços – e permitiu a adoção de políticas de crédito e de gasto público que sustentaram taxas elevadas de crescimento da demanda nominal e a cada ciclo de expansão, provocam a elevação do déficit em conta corrente gerando demanda para o resto do mundo (BELLUZZO, 2006, p.43).

[20] Lembra-se, Vale do Rio Doce.

Os americanos funcionam como uma máquina de sucção de liquidez, de capitais e de "produtividade" dos trabalhadores asiáticos sustentando o crescimento acelerado de sua economia, sem tensões inflacionárias. O ciclo americano comprova a eficácia deste tipo de integração financeira e produtiva o que propicia expansão do crédito à produção, ao consumo e a "alavancagem" financeira que fomenta processos de fusões e aquisições, a inflação de ativos financeiros e imobiliários, fonte do "enriquecimento" e do recolhimento da poupança das famílias (BELLUZZO, 2006, p.43).

Isso significa que a hegemonia americana e seu espaço comercial engendrou a criação de um espaço monetário EUA-Ásia numa relação entre taxa flutuante (na moeda americana) e taxas fixas ou controlada (da moeda asiática), que reforçaram o poder de *signoriage* do dólar.

Situação que caracteriza o crescimento desequilibrado dos Estados Unidos. Conforme descreve Belluzzo (2006, p.44), a economia americana, no primeiro trimestre de 2006 cresceu a 4,8% a.a. impulsionada pela evolução do consumo de duráveis e pelos gastos militares, com baixo desempenho no investimento privado. Nos últimos três anos e meio, o crescimento do consumo está desconectado da evolução da renda, particularmente, dos salários e do emprego, e cada vez mais dependente do efeito-riqueza (restrição de consumo e aumento da poupança sem aumento da renda, acompanhado da restrição nos investimentos).

Essa simbiose asiático-americana, por outro lado, modificou a estratégia de acumulação da grande empresa nos Estados Unidos, a qual cuida de acumular recursos na forma de *cash* ou de participação acionária em empreendimentos localizados em mercados estrangeiros (*equities*) no portfólio das empresas não-financeiras. E, essa acumulação de ativos financeiros e de liquidez concentrada na grande empresa promove a intensificação do processo de fusões e aquisições que se encontra em vigor.

O que é único na globalização americana é o descasamento entre consumo e investimento. A marcha produtiva originária do espaço econômico americano, japonês e europeu transbordou, pela intensificação da concorrência globalizada, para a periferia onde se abriga um enorme reservatório de mão-de-obra e capacidade de rápida absorção tecnológica, com redução de custos de produção e, conseqüentemente, ganhos para os consumidores e empresas que vivem e operam em mercados de renda per capita elevada.

8. Considerações finais

Esta caracterização da lógica do sistema capitalista e da construção de um "projeto" de construção hegemônica que sujeita vários países a adotar uma estratégia de crescimento exógeno voltado ao mercado internacional leva a refletir "a quais interesses servimos", já que em algumas nações – o caso brasileiro, pode ser um exemplo – vivencia-se uma estratégia continuada que configura um modelo de crescimento instável de baixo dinamismo.

Conforme Amitrano (2006, p.246), a trajetória de crescimento da economia brasileira no período recente parece estar associada à combinação de alguns elementos – o ciclo internacional, a política de desenvolvimento e o regime de política macroeconômica. Como a conjuntura internacional tem definido as possibilidades de ampliação do comércio internacional brasileiro, a política estrutural e de desenvolvimento estabelecida, promove transformações nos padrões internos de concorrência no mercado de produtos, definindo o regime de incentivos às empresas residentes e, sobretudo, situa o formato da relação Estado-Mercado. Mas, onde situam-se as problemáticas do desenvolvimento regional-rural brasileiro nesta perspectiva macroeconômica? Nem a política macroeconômica, nem a política de desenvolvimento foram capazes de atuar de forma a instaurar um processo endógeno de crescimento.

Os elementos do modelo de crescimento que se apresentam como variáveis estruturais consistem no tipo de especialização produtiva e no padrão de inserção no comércio internacional, o que não consideram em sua plenitude algumas das especificidades e potencialidades (por exemplo, cita-se a questão em torno da agricultura familiar) e sua possibilidade de contribuir ao modelo de crescimento e desenvolvimento brasileiro.

Por outro lado, conforme apresentado por Moreira (2006), para entender a dimensão econômica de tal globalização tal como a conhecemos na atualidade, deve-se levar em consideração os fenômenos de *agency* que passaram a existir pela conjugação de vários fatores. *Agency* entendida como o resultado da ação política em grande parte determinada por uma agenda ideológica que, também ela, resulta de fenômenos de *agency*[21].

Conforme Maia (2012, p.84), na gênese desse processo, de um lado assumem papel determinante certos fenômenos no âmbito do político e do ideológico, os quais estão na

[21] Fenômenos de *agency* que configuram exemplos de *organized agency* ou o resultado de atos conscientes e deliberados em contraponto à *spontaneous agency* (MOREIRA, 2006, p.18).

base da ideológica neoliberal, e de outro lado, estão considerações geopolíticas ligadas a interesses hegemônicos[22].

Referências

AMITRANO, Cláudio Roberto. O modelo de crescimento da economia brasileira no período recente: condicionantes, características e limites. In: CARNEIRO, Ricardo. *A supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

CARDOSO,Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*: ensaios de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. As transformações da economia capitalista no pós-guerra e a origem dos desequilíbrios globais. In: CARNEIRO, Ricardo. *A supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

FIORI, José L. *Estado e moedas no desenvolvimento das nações*. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 1999.

HEILBRONER, Robert. *A natureza e a lógica do capitalismo*. São Paulo: Ed. Ática, 1988.

MAIA, Claudio Machado. *Elementos que conformam a evolução da agricultura na era da globalização*: o posicionamento estratégico de atores locais no Sul do Brasil. Porto Alegre: UFRGS/PGDR, Abr.2012. 213p. (Tese).

MOREIRA, Manuel Belo. Globalização econômica: gênese e reflexões prospectivas. In: RIELLA, Alberto (Org.). *Globalizacion, Desarrollo y Territorios Menos Favorecidos*. Montevideo: Rosgal S.A., 2006.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação*: as origens de nossa época. Tradução de Fanny Wrobel. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

[22] A respeito disso, conforme Moreira (2006, p.18), mesmo aceitando-se a posição de Wallerstein (2001) sobre a forte diminuição do poder que vem ocorrendo desde os anos 50 do século passado, defende-se que os EUA são a potência hegemônica. A supremacia militar e o peso, determinante, dos EUA nas organizações internacionais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional ou até mesmo a OCDE reforçam esta tese. Mesmo que necessitando do suporte das outras economias desenvolvidas, os EUA, detém a liderança no centro do G7, o fórum onde acontece grande parte da política econômica internacional e o sentido da globalização acaba por ser determinado.